

Campinas Revisitada: **Uma História das Histórias**  
**do Bicentenário de Campinas**

**Sinpro**





**SINPRO CULTURAL** é uma publicação do Departamento de Imprensa e de Cultura do Sindicato dos Professores de Campinas e Região - Filiado à CUT - Fepesp e Contee -

**Endereço:** Av. Profª Ana Maria Silvestre Adade, 100 - Pq. das Universidades  
Campinas - SP - CEP 13086-130

**Tel:** (19) 3256.5022

**E-mail:** sinprocps@mpc.com.br

**Home page:** www.sinprocampinas.org.br

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Reginaldo Alberto Meloni, Cláudio Jorge, Lílíana Aparecida de Lima, Carlos Alberto Camargo Baccaglíní, Marílida Aparecida Ribeiro Lemos, Maurício Francisco Ceolín, Paulo José Nobre, Viviana Aparecida de Lima, Maria Clotilde Lemos Petta, Conceição Aparecida Fornasari, Carlos Virgílio Borges, Rubens Gabriel Abdal, Roselene dos Anjos, Augusto César Petta

#### DIRETORIA DE BASE

Paulo Sérgio Brito Silva, Isa Duília Bakri, Marlene do Carmo Araújo Arruda, Ângela da Cruz Romanini, Antonio Carlos Benedicto, Sergio Luiz Lowchinovscy, Eloá Teles de Souza Carajol Delvage, Antonio Luiz de Carvalho e Silva, José Roberto Cabrera, Paulo Cosiuc

#### CONSELHO FISCAL

Maria Renata Vuolo Urbach, Jessé Bruschi Ferreira, Maristela Polidoro Barbosa

#### CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Fábio José, Vitor Barletta Machado, Valdemir Carlos Gori

#### DELEGAÇÃO FEDERATIVA

Eduardo Cezar da Silva,

Março Aurélio de A. Aranha

#### DELEGAÇÃO FEDERATIVA SUPLENTE

Leonardo Brandão Pignata,

Elka C. Brunini Canecchio

#### Subsede Americana e Santa Bárbara D' Oeste

Sala Profº Sérgio Frederico Cuzzolin - Rua Venezuela, 15 - Sala 5 - esquina com Av. Campos Sales - Vila Frezarim - Americana - Tel. (19) 3406.6269

#### Subsede Limeira

Rua Santa Cruz, 1041 - Centro - Limeira  
CEP 13480-110 -Telefax: (19) 3451.2837

#### Subsede Piracicaba

"Maria Lourdes Maroso Alves" Rua XV de Novembro, 944 - cj. 34 - Centro - Piracicaba - CEP 13400-370  
Telefax: (19) 433.9382

#### Subsede Moji Mirim

Praça São José, 187, sala 3 - Moji Mirim  
Tel: (19) 3805.4858

#### Jornalista Responsável

Valéria Salek - Mtb: 18.309

#### Diretor de Imprensa

Maurício Ceolín

#### Projeto Gráfico, Diagramação e Editoração

Meta Bureau - (19) 3255.3563

#### Textos

Américo B. Villela

#### Revisão

Rita Nancy Mejias

#### Impressão/ Tiragem

Itagráfica / 6.000 exemplares

**Os artigos assinados, veiculados no Sinpro Cultura, expressam a opinião de seus autores, não coincidindo necessariamente com a posição da Diretoria do Sinpro.**

## Ecologia

O próximo número da Sinpro Cultura tratará de questões ecológicas e das entidades que lutam por elas. Participe, escreva-nos.



Editorial .....	03
Campinas Revisitada: Uma História das Histórias do Bicentenário de Campinas .....	04
Sobre a História fazem-se Histórias: A Ocupação do Espaço e A Transformação da Paisagem Natural em Campinas no século XVIII .....	06
"Fundações" de Campinas: Fábricas de Representações .....	13
As Representações em Debate .....	22
Conclusão .....	38
Referência bibliográfica .....	39

## Outras formas de ver Campinas

O Sindicato dos Professores de Campinas e o Museu da Cidade vêm oferecer aos professores e à população de Campinas uma edição especial da revista cultural Sinpro-Cultura, cujo tema é o aniversário desta cidade.

Esta parceria tem o objetivo de expor as representações desta região do país, que foram produzidas pelos vários agentes sociais e que estiveram em luta ao longo do tempo, desmistificando a idéia de que a história é construída sem conflitos e de maneira linear.

O texto, além de estabelecer uma ligação mais intensa entre aqueles que adotaram esta cidade para morar - o que já não seria pouco, pois há tempos Campinas se tornou destino de muitos que aqui vieram para construir suas vidas e a própria cidade -, também poderá ser usado como instrumento pedagógico nas escolas para que os jovens possam conhecer melhor a história e as contradições desta sociedade.

Além disso, espera-se que este trabalho possa contribuir para valorizar a história e a cultura local em um momento em que se tenta impor uma única história, uma única cultura e um único pensamento. A virtude de se compreender o processo histórico a partir das alternativas que foram surgindo e que estiveram em contradição é que podemos verificar que o que somos é fruto não apenas de uma possibilidade que se tornou vencedora, mas da luta de várias alternativas diferentes.

Esperamos que esta parceria traga aos professores muitas possibilidades de reflexão e ação pedagógica e por isso estaremos disponibilizando este material aos profissionais tanto das escolas privadas, como da rede pública. À população campineira esperamos oferecer outras formas de se ver, como campineiros ou campineiras, mas principalmente como agentes sociais que podem construir seu próprio destino.

Uma boa leitura.

**Diretoria do Sinpro**

Campinas Revisitada:

# Uma História das Histórias do Bicentenário de Campinas

\**Américo Baptista Villela*

4



## Introdução

A presente publicação tem como objeto a história da cidade de Campinas e, mais especificamente, as duas comemorações do Bicentenário da Princesa do Oeste. Foram dois anos de pesquisa através das quais procuramos responder a seguinte pergunta: Por que Campinas comemorou duas vezes o Bicentenário? O caminho foi longo e só foi percorrido graças ao apoio recebido pelos companheiros do Centro de Memória da Unicamp, do Centro de Ciências, Letras e Artes e das Bibliotecas Públicas Municipais Ernesto Manuel Zink, da Câmara de Vereadores e da Secretaria dos Negócios Jurídicos. As respostas que encontramos, agora buscamos sintetizar. O texto foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo procuramos construir uma sinopse da ocupação do espaço pelos colonizadores e as transformações da natureza e institucionais que a região vivenciou; no segundo, procuramos entender as circunstâncias que produziram a mudança na data de fundação e o debate que a acompanhou; no terceiro, discutimos as festividades como instrumento de comunicação e representação do passado. A conclusão procura demonstrar que as Festividades seguiram critérios políticos e ideológicos conjunturais dos governos municipais que as realizaram, modificando a própria representação do passado que a cidade possuía. Convidamos você a percorrer este caminho e revisar o passado de Campinas, conhecendo um pouco mais da nossa cidade.

\* Américo B. Villela é historiador do Museu da Cidade de Campinas e professor do Ensino Médio da E.T.E. Bento Quirino.

Revisão de texto realizada por Rita Nancy Mejias, professora de Língua Portuguesa.

# Sobre a História fazem-se Histórias: A Ocupação do Espaço e A Transformação da Paisagem Natural em Campinas no século XVIII

A conquista e ocupação do espaço geográfico da atual cidade de Campinas pelos colonizadores portugueses começaram na primeira metade do século XVIII com a abertura do caminho para as minas de Goiás realizada por Luis Pedroso de Barros. Este caminho nada mais era do que a trilha percorrida pelo 2º Anhanguera em busca da região das minas, que se acredita tenha sido realizada no ano de 1722.

Aberto o caminho entre 1722 e 1725, a região da atual cidade de Campinas começara a ser alvo das requisições de sesmarias, as quais foram concedidas em 17 de maio de 1728 a Antônio da Cunha Abreu, em 15 de novembro de 1732 novamente a Antônio da Cunha Abreu e seu concunhado João Bueno da Silva, a Antônio Neves Pires e a Ale-

xandre Simões Vieira. Em 12 de outubro de 1737, concessão a Antonio da Cunha Raposo Leme, em 15 de fevereiro de 1754, novas concessões a José Oliveira, a Silvestre Martins e a Francisco Leme de Matos e em 16 de julho de 1788, concessões a Antonio de Cerqueira Cezar, a Anna Telles Moreira, a Antonio Bicudo, a Antonio Ferraz de Campos e ao Tenente Pedro Gonçalves de Meira.<sup>1</sup>

A análise da velocidade das concessões e da relação dos contemplados com a permissão para a exploração de sesmarias no território do então bairro do Mato Grosso de Jundiá nos permite perceber que a região vai sendo tomada por roças de subsistência. Essas roças haviam se tornado um negócio bastante rentável em virtude dos aventureiros que se dirigiam em dire-

ção à região das minas recém descobertas e por aqui passavam se abastecendo de gêneros de primeira necessidade. Além disso, a atividade mineradora, em virtude da preocupação dos mineiros estar centrada única e exclusivamente na busca de ouro e pedras preciosas e eles dirigirem seus plantéis de escravos para a extração destas riquezas minerais, a atividade mineradora havia dado ensejo à formação de um mercado intracolonial que movimentava um grande número de tropeiros que abasteciam estas áreas. Esses tropeiros - mercadores precisavam de pousos para descanso e mantimentos para prosseguirem suas longas viagens o que obtinham comercializando com os roceiros que se situavam nos caminhos percorridos.



**Tropeiros Pobres  
de São Paulo,  
Jean Baptiste Debret**

<sup>1</sup> CAMPOS Jr., Teodoro de Sousa, "História da Fundação de Campinas (Subsídios)" Monografia Histórica do Município de Campinas, publicação da Câmara Municipal de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p. 44.

Revista Oficial da Exposição Feira do Bi-Centenário de Campinas, 1739 - 1939, publicada pela Prefeitura Municipal de Campinas e pela Comissão Oficial de Festejos, São Paulo: J. Gozo, 1939, p. 83.

## Sobre a História fazem-se Histórias: A Ocupação do Espaço e A Transformação da Paisagem Natural em Campinas no século XVIII

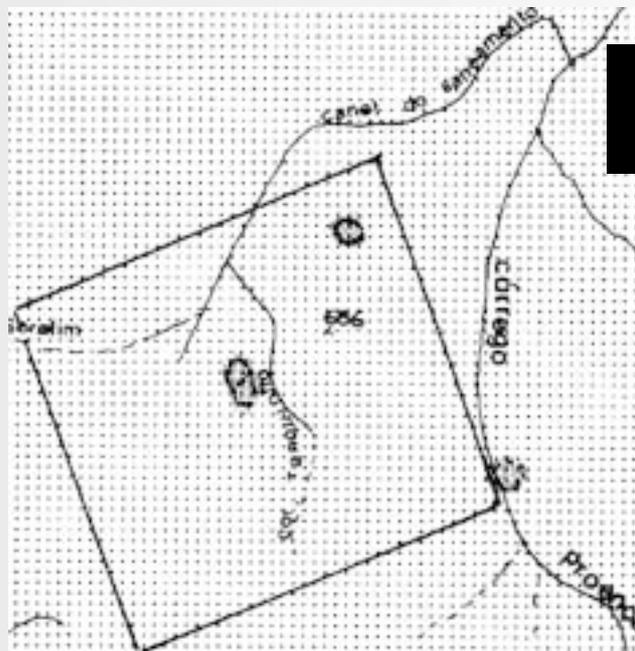
Nesse processo é preciso lembrar que não obstante as pressões e ações da coroa portuguesa para inibir o contrabando do ouro e das referidas pedras, não raras vezes era através dessa riqueza que era realizado o comércio entre os mineradores e tropeiros e entre esses últimos e os roceiros que haviam se estabelecido ao longo do caminho das minas. O ouro bruto como moeda de troca foi um hábito porque aos mineradores interessava fugir do pagamento do quinto à Coroa metropolitana e para os tropeiros isso interessava, pois o mesmo era aceito como moeda corrente em uma economia ainda na qual as trocas em espécie eram freqüentes<sup>2</sup>. Esta situação transformava a atividade das roças de subsistência ao longo dos caminhos e na proximidade dos pousos uma atividade bastante lucrativa tendo em vista que os tropeiros se abasteciam de alimentos e outros materiais necessários junto a esses roceiros e provavelmente realizavam o pagamento em ouro ou pedras preciosas. Diversos autores afirmam que a atividade dos roceiros havia se tornada tão lucrativa que os possuidores de roças abriam novos caminhos e construíam novos pousos para que pudessem praticar o comércio com os tropeiros<sup>3</sup>.

A esse respeito, escreveu Maurício Érnica sobre as terras da Capitânia de São Paulo:

*"Até meados do século XIX não havia produção manufatureira expressiva em território brasileiro e muitos bens de consumo ou de produção precisavam ser importados. Os setores que não estavam diretamente voltados para o mercado externo se dedicavam à produção de bens e serviços necessários àqueles que estavam, ou se entregavam a uma precária atividade de subsistência.*

*Nessas condições, os paulistas acabaram por se dedicar às atividades de subsistência ou de apoio a regiões envolvidas com o mercado externo até que a economia exportadora pudesse ser desenvolvida intensamente em seu território, primeiro com o açúcar e já no século XIX, em escala muito mais agressiva com o café<sup>4</sup>"*

Nesse sentido, a própria denominação atual da cidade como Campinas é originária da existência de três campinhos, ou seja, locais de vegetação rasteira em meio à mata frondosa, onde existiam fontes de abastecimento de água e onde se instalaram pousos para tropeiros. Hoje é difícil precisar onde estavam, mas a maioria dos cronistas e memorialistas acredita que um deles estivesse na região do atual estádio Brinco de Ouro da Princesa, o outro na região entre as praças Bento Quirino e Carlos Gomes e o terceiro na região da Praça XV de Novembro, conhecida como Largo Santa Cruz<sup>5</sup>.



**Três Campinhos que Deram Origem a Campinas**

<sup>2</sup> O próprio acontecimento da revolta contra a instalação das Casas de Fundação que tinha como objetivo combater o contrabando é um sintoma da situação descrita. Conhecida por Revolta de Filipe dos Santos, esta revolta contou com a participação expressiva de tropeiros e foi liderada por um pequeno comerciante.

<sup>3</sup> CESARINO Jr., Antônio Ferreira. "Francisco Barreto Leme, sua vida e suas realizações" in Monografia Histórica do Município de Campinas, op. cit.

CAMPOS Jr., Teodoro de Sousa, "História da Fundação de Campinas (Subsídios)" in Monografia Histórica do Município de Campinas, op. cit.

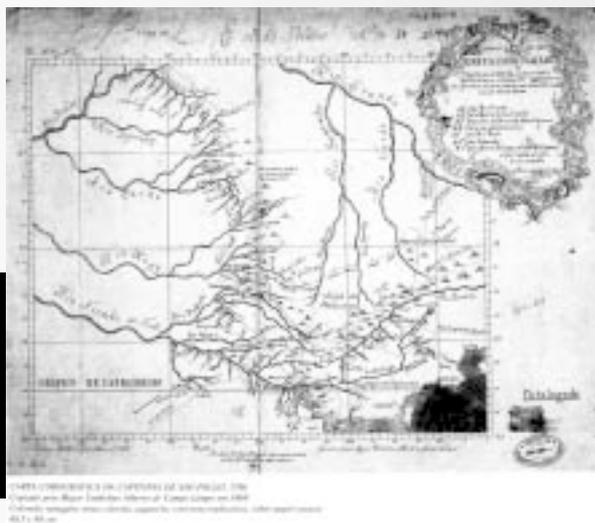
CAMARGO, Maria Daniela B. de, "São Paulo Moderno: Açúcar e Café, Escravos e Imigrantes" in Terra Paulista Histórias Artes Costumes, (Vol. I) São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, pp. 108-110.

<sup>4</sup> ÉRNICA, Maurício. "Uma Metrópole Multicultural na Terra Paulista" in Terra Paulista Histórias Artes Costumes, (Volume I). São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 161.

<sup>5</sup> Município de Campinas: Área Central, Sítios Históricos e Cursos D'água, Fonte IBGE, 1974; texto de Celso Maria de Mello Pupo (1954) e citado em TURRA, Juleusa Maria Theodoro, Água pra que te quero: anotações sobre o ensino de geografia, a água e o meio ambiente em Campinas, Cadernos do ICH, nº 04, PUCCAMP, Campinas, 1994.

## Sobre a História fazem-se Histórias: A Ocupação do Espaço e A Transformação da Paisagem Natural em Campinas no século XVIII

Esse dinamismo social embrionário fez com que a região aparecesse na carta corográfica de 1766 já sendo definida como Campinas e não apenas como "bairro do matto grosso cam<sup>o</sup> de minas" como era tratada pela burocracia colonial<sup>6</sup>. A terminologia utilizada na documentação produzida pela administração colonial é compreensível se pensarmos que o principal interesse da metrópole ainda era o ouro e os diamantes que proporcionavam uma riqueza que lhe permitia sustentar sua balança comercial com a Inglaterra e, portanto a região da atual Campinas ainda não era percebida pelos portugueses como importante em si, mas sim sendo reconhecida em função da mineração e de estar no caminho que permitia o desenvolvimento da atividade mineradora. Por outro lado, internamente, a região começava a apresentar sintomas de desenvolvimento baseado na atividade agrícola, inicialmente, roceira e com a decadência da mineração, da açucareira.



Carta  
Corográfica  
da Capitania  
de São Paulo  
- 1766

Continuando a nossa tentativa de construir uma sinopse da evolução social e histórica da ocupação do espaço da atual Campinas, ao analisarmos a relação dos contemplados com a concessão de sesmarias podemos notar a ausência de Francisco Barreto Leme e outros roceiros que são apontados no recenseamento de 1767 como sendo permissionários / proprietários das mesmas. Essa situação conflitante entre os registros presentes nas listas de contemplados com sesmarias e a relação dos habitantes com propriedades, recenseados no ano de 1767, nos permite pensar a possibilidade da existência de um grande número de proprietários de roças e terras desenvolvendo suas atividades sem que houvesse a regularização junto ao governador da capitania desta situação e, portanto sendo considerados posseiros ou mesmo se recusando a constar do recenseamento.

Maria Daniela B. de Camargo assim se refere à questão da terra nos séculos XVII e XVIII na Capitania:

*"A Terra, obtida em sua maior parte por meio da posse, era utilizada para o cultivo de gêneros de subsistência"*<sup>7</sup>.

Ou seja, os posseiros ainda não se articulavam com o modelo exportador vigente. Por outro lado, era provável que eles mantivessem relações comerciais com os tropeiros que por aqui passavam.

Esta situação de falta de registros e controle por parte da Administração Colonial pode ser explicada pelo fato de muitos colonos adentrarem o sertão, como os mesmos definiam o interior da colônia ainda a ser conquistado, para fugirem de epidemias como a de Variola que assolou São Paulo em 1732 ou das autoridades coloniais por terem infringido alguma lei ou se recusarem ao alistamento quando solicitado. Aqui não podemos esquecer a própria correspondência recebida por Francisco Barreto Leme e enviada por D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, O Morgado de Mateus, datada de 18 de Dezembro de 1774. Essa assim se referia a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas e parte de seus moradores:

*"Consta-me que nessa Freguesia se Achão Refugiados m.tos homens de diferentes dstrictos, com o pretexto de lhes fazer valer na prezente Conjuntura, o privilégio de novos Povoadores, e se escuzarem por este modo do Serviço de S. Magestade, em qu.to se fazem necessários; e por q. o dito privilégio não val, nem pode valer, se não àquelles, q. antes da presente factura, se acham estabelecidos nesa mesma freguesia, não poso deixar de estranhar a V.M., q. esteja dando recolhimento, e amparo a taes homens..."*<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Leituras Cartográficas e Contemporâneas - SP Brasil connects 2003

<sup>7</sup> Para maiores informações ver CAMARGO, Maria Daniela B. de. "São Paulo Moderno: Açúcar e Café, Escravos e Imigrantes"; in Terra Paulista Histórias Artes Costumes (Vol. I), op. cit., p. 103.

<sup>8</sup> Correspondência transcrita em CAMPOS, Jr., Teodoro de Sousa. "História da Fundação de Campinas (Subsídios)" Monografia Histórica do Município de Campinas, op. cit., p. 32.

A situação descrita se refere ao direito concedido aos primeiros povoadores da Freguesia de não serem convocados para as tropas da capitânia pelo Governador Geral. Em que pese à observação de Campos Junior julgando que esta correspondência era produto de denúncias feitas por adversários na Vila de Jundiá a Francisco Barreto Leme que era diretor da povoação criada por ordem do Morgado de Mateus. O que averiguamos que Barreto Leme contava com o apoio das Câmaras de Jundiá e Mogi Mirim. Esse apoio foi constatado através da resposta a consulta feita por Martim Lopes Lobo, novo governador da Capitania em substituição ao Morgado de Mateus às referidas Câmaras sobre a permanência de Barreto Leme como diretor da freguesia. Ambas apoiaram a permanência, o que pode ser considerado que o mesmo tinha bom trânsito junto às respectivas Câmaras<sup>9</sup>. Sendo assim, é plausível que a reclamação do Morgado de Mateus tivesse motivos ou ao menos possuísse fundamento, portanto acreditamos ser possível que entre os primeiros habitantes da região houvesse pessoas que queriam se manter afastados da autoridade metropolitana.

Segundo os dados do primeiro recenseamento do "bairro do matto grosso cam<sup>o</sup> de minas" em 1767:

*"O nascente bairro contava, então 53 fogos, esparsos quasi todos ao longo da estrada ou caminhos dos Guayazes, aberto no tempo de Rodrigo César, pelo audaz irrequieto Luiz Pedroso de Barros. A sua população era de 130 homens e 138 mulheres, somando 268 almas; mas, como não foram contados os escravos, talvez, igual, pode-se avaliar em 500 o número de moradores que ali murejavam - todos vivendo da roça, com exceção unica de quatro como veremos".*<sup>10</sup>

Podemos acreditar, então, que existiam 53 fogos, ou seja, 53 unidades familiares cada uma delas habitando uma casa. Casas estas que deveriam ser acompanhadas de roças no ano do referido recenseamento; por outro lado, na relação dos sesmeiros constam apenas 8 como tendo obtido sesmarias na região. Os outros 45 fogos poderiam ter sido adquiridos dos permissionários efetivos de sesmarias ou, o que nos parece ser o mais provável, serem produtos da posse indiscriminada da terra sem regularização pelos novos povoadores, pois os mesmos desejariam passar despercebidos pelas autoridades coloniais. É preciso lembrar a origem da ocupação das terras paulistas como apontou Valderez A. da Silva,

*"O sertão foi, ainda, lugar de se acoitar, esconderijo, num mundo de violência. É nele que Borba Gato se mantém escondido da justiça real depois de matar o enviado da Coroa, Dom Rodrigo de Castel Blanco, despencando-o num abismo. Para os sertões do Oeste se afundou o ituano Antônio Pires de Campos, o filho, apelidado de Pai Pira, quando se viu acusado pela autoridades de haver prestado auxílio a foragidos da lei. Num mundo de capitães-mores arbitrários, duelos, alistamentos forçados, pálida justiça, onde prevalecia a lei do mais forte, o sertão era alternativa de vida e de paz relativa".*<sup>11</sup>

Tal afirmação torna mais clara a compreensão do crescimento da população na região assim como também dos dados da produção. Com o passar do tempo possíveis infrações, como: fugas ao alistamento, como relatado pelos denunciante a Morgado de Mateus, teriam sido anistiadas, bem como disputas locais teriam caído no esquecimento e proporcionado aos moradores de Campinas em situação irregular, a regularização.

A produção da região, em 1767, ainda era basicamente de roças de subsistência que produziam milho, feijão, arroz, farinha, algodão, amendoim, fumo e cana para aguardente e criação de reses, porcos e cavalos. Nesse momento, economicamente, a região da atual Campinas ainda não se articula com o modelo agrário exportador característico da colonização brasileira, mas sim a uma situação específica criada pelas necessidades e pela lógica em que se desenvolvia a atividade mineradora. Essa situação específica era caracterizada por uma ampla rede de atividades subsidiárias que permitia aos mineradores se dedicarem exclusivamente à mineração enquanto os colonizadores de outras regiões e capitânias os abasteciam-nos com os produtos de primeira necessidade. Nesse sentido, o bairro do Mato Grosso participava como paragem dos tropeiros que levavam estes produtos aos mineradores e não se encaixava ainda no modelo agro-exportador que caracterizava a colônia portuguesa.

<sup>9</sup> Em 1775 houve a substituição de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão pelo cidadão Martim Lopes Lobo Saldanha na Direção da Capitânia e sendo o cargo de diretor de Povoação um cargo de confiança da Direção da Capitania, Barreto Leme solicitou a sua permanência sendo que a mesma contou com o aval das Câmaras de Jundiá e Mogi Mirim.

<sup>10</sup> Anotações dos Recenseamentos Coloniais, março/1975, e transcritos na Revista Oficial da Exposição Feira - 1739 - 1939 do Bicentenário da Campinas. Publicação da Prefeitura Municipal de Campinas e Comissão Oficial de Festejos, São Paulo: Gráfica J. Gozo, 1939, p. 115.

<sup>11</sup> Para maiores informações ver SILVA, Valderez A. da, "Paulistas em Movimento: Bandeiras, Monções e Tropas" in Terra Paulista Histórias Artes Costumes (Vol.I), op. cit., pp 60-61.

## Sobre a História fazem-se Histórias: A Ocupação do Espaço e A Transformação da Paisagem Natural em Campinas no século XVIII

Aquarela de José de Castro Mendes, Pousa de Tropeiro na Rocinha



O declínio da rentabilidade da mineração seja ela produzida pelas altas cargas tributárias impostas pela coroa portuguesa sobre a atividade mineradora, pela falta de inovação tecnológica que permitisse ampliar a exploração do ouro ou a escassez do ouro de aluvião, produzirá uma transformação na região de Campinas fazendo com que na mesma passe a ganhar importância, aos poucos, a produção açucareira. Nesse sentido, Duílio Battistoni Filho aponta:

*"A principal área de plantio vai ser o famoso quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. Estas regiões pro-*

*duzem em 1797, 83.435 arrobas destinadas à exportação. Em Campinas, o primeiro recenseamento de 1767 revela a existência de três engenhos, provavelmente no bairro de Anhumas, produzindo somente aguardente para o consumo local".*<sup>12</sup>

Nessa conjuntura, os roceiros de Campinas aproveitando-se das terras férteis da região, propícias para o cultivo da cana; das imensas reservas de madeira, utilizadas tanto na construção dos engenhos como para queimar nas suas fornalhas; bem como da existência dos cursos d'água, para movimentar as moendas e proporcionar a água

para os animais, necessários aos engenhos e para o transporte da carga, lançaram-se à produção açucareira.

Essa mudança foi produto da percepção pelos roceiros de que somente o abastecimento dos tropeiros que se deslocavam em direção à região das minas não lhes garantiria a rentabilidade desejada e característica da maior integração com as áreas exportadoras. Segundo Maria Thereza Schorer Petrone estudando a produção açucareira em Campinas:

*"Em 1798, ali havia 37 engenhos que produzia 15.139 arrobas de açúcar e 460 canadas de aguardente".*<sup>13</sup>

<sup>12</sup> BATTISTONI Filho, Duílio. Campinas: Uma Visão Histórica, Campinas: Ed. Pontes, 1996, p. 14.

<sup>13</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 146.

## Sobre a História fazem-se Histórias: A Ocupação do Espaço e A Transformação da Paisagem Natural em Campinas no século XVIII

Assim, comparando os números apresentados por Schorer e Battistoni, podemos concluir que a Vila de São Carlos, atual Campinas, no ano de 1798 produziu sozinha 18,15% do que o quadrilátero do açúcar reunido havia produzido no ano anterior. Isto revela que na região, Campinas se destacava economicamente bem como já existia uma indústria açucareira instalada. Para Maria Daniela B. de Camargo, a situação econômica e geográfica do quadrilátero do açúcar na segunda metade do século XVIII era:

*"A região abrangida estava entre as cidades de Sorocaba, Piracicaba Mogi-Guaçu e Jundiá. No entanto, as principais áreas canaveiras ficavam nos núcleos de Itu e Campinas".<sup>14</sup>*

Esse crescimento da produção açucareira na região da atual Campinas foi gradativo, sendo difícil precisar o início da exportação do açúcar, porém com ele ocorria também um crescimento populacional na região. Em 1772 a região já contava com 357 pessoas, divididas em 61 famílias ou fogos, tendo observado o crescimento de 8 fogos e 89 pessoas, em um período de 5 anos, lembrando que não foram calculados os escravos.<sup>15</sup> Foi esse crescimento populacional que deu ensejo a solicitação, por parte dos moradores do bairro do Mato Grosso de Jundiá, datada de 1772, para que fosse autorizada a construção de uma capela para obtenção de acompanhamento espiritual, tendo em vista que a Matriz, em Jundiá, ficava a não menos que dez léguas.

Sobre tal solicitação, o Cônego Antônio de Toledo Lara que se encontrava no exercício do cargo de governador do Bispado de São Paulo, pediu manifestação do vigário de Jundiá, o padre Ignácio Paes de Oliveira, o qual, assim, se referiu ao pedido dos moradores do bairro do Mato Grosso:

*"Infomei-me de pessoas fidedignas sobre o allegado na petição retro; me certificaram ser o lugar destinado para a capella, que pretendem erigir os conteúdos no rol, sufficiente, supposto ser a paragem algum tanto deserta, e dista desta freguezia dez léguas. As pessoas assignadas no rol as mais dellas pobríssimas, excepto o da cabeceira, que, nega ser a firma sua, e me disse que para a factura da ditta capella não pretende concorrer com cousa alguma, sendo o mais estabelecido naquelle logar; é verdade estar na paragem chamada Campinas, um cemitério, ainda que com pouca decência, pelo pouco zelo dos moradores."<sup>16</sup>*

Do despacho do padre de Jundiá podemos concluir que em 1772, já havia na região próxima da atual Basílica do Carmo uma paragem, mesmo que "um tanto deserta", e um cemitério o qual acreditamos ser o Cemitério Bento localizado nas imediações da atual E. E. Francisco Glicério, o que pode indicar a existência de uma pequena concentração populacional na região. Além disso, é preciso recordar que durante o chamado ciclo da cana há um processo de expansão das áreas agricultáveis sem que o mesmo repercutisse em expansão das áreas urbanas. Nesse momento, os fazendeiros ainda não haviam adotado o absenteísmo como no período do café e vinham para as cidades apenas aos domingos para as festas e cerimônias religiosas.

A expansão das lavouras representou uma elevação no fluxo e fixação de pessoas na região, mesmo que não houvesse concentração em uma região específica, dado o caráter eminentemente rural da produção açucareira. O modelo da unidade de produção adotado, baseado na "plantation", tornava inviável a concentração populacional, pois era bastante difícil e vagaroso o deslocamento das pessoas para garantir a permanência da produção. Além disso, para que houvesse a expansão das áreas cultiváveis era necessária, na maioria das vezes, a queimada das matas seguida da limpeza dos campos. Abriam-se então novas áreas para o cultivo da cana, que se espalhava ao longo do antigo caminho das minas, gerando uma povoação dispersa ao longo desses caminhos e, em especial, no Bairro do Mato Grosso de Jundiá.

**Reprodução da aquarela de Hércules Florence sobre o Desmatamento**



<sup>14</sup> CAMARGO, Maria Daniela B. de. "São Paulo Moderno: Açúcar e Café, Escravos e Imigrantes", in Terra Paulista Histórias Artes Costumes, (Vol. I), op. cit., p 108.

<sup>15</sup> CAMPOS, Jr., Teodoro de Sousa. "História da Fundação de Campinas (Subsídios)" Monografia Histórica do Município de Campinas, op. cit., pp 7-9.

<sup>16</sup> Manifestação do Padre Ignácio Paes de Oliveira sobre a petição dos moradores do Bairro do Mato Grosso para ereção de uma capela transcrita em CAMPOS Jr., Teodoro de Sousa. "História da Fundação de Campinas (Subsídios)" Monografia Histórica do Município de Campinas, op. cit., p 18.